

17

*Clarine Thays Barbosa da Silva
José Willian da Silva Feitosa
Universidade Federal do Amapá*

ENTRE A HISTÓRIA E O ENSINO DE ARQUIVOLOGIA NO AMAPÁ

A principal função de um arquivo é promover acesso aos documentos e informações que nele estão contidos, sempre que necessário. Assim, um arquivo perde seu sentido ao dificultar ou impossibilitar o acesso ao seu acervo. A Constituição Federal dispõe que a gestão documental é condição necessária ao acesso à informação, conforme art. 216, § 2º: “Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”.

Assim, se torna necessário que o arquivo público tenha recursos humanos qualificados para dar cumprimento às suas atividades específicas, o profissional arquivista na execução das funções arquivísticas possibilita a realização da funcionalidade do arquivo. Esse profissional auxilia na administração do acervo, colaborando para o pleno exercício de pesquisa, ampliando a cidadania democrática, pois não há democracia sem o acesso à informação.

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Arquivos (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991) e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) delegam aos Estados, Distrito Federal e municípios a responsabilidade de regulamentar a gestão e o acesso aos documentos públicos através de dispositivos legais suplementares.

De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), 2014, o arquivo público deverá ser dotado, principalmente, de profissionais qualificados, bem como de infraestrutura física, material e tecnológica adequada para tratamento, guarda, armazenamento, preservação e acesso aos documentos de acordo com as normas e legislação em vigor.

No entanto, no Brasil ainda existem muitas regiões em que os arquivos representam um desafio, especificamente para historiadores e pesquisadores em geral. Esse é o caso do Estado do Amapá, onde não há arquivos para a guarda de documentos, seja público, seja

privado. Considerando este fato, o presente trabalho discorre sobre as experiências vivenciadas em projetos extensionistas vinculados ao Curso de História da Universidade Federal do Amapá (Unifap).

Nesses projetos, atuamos tanto como bolsistas como voluntários, considerando a dificuldade de aproximação dos discentes, docentes e pesquisadores do Curso de História da Unifap em relação as informações contidas nos acervos, os quais são utilizados como fontes para produção historiográfica, surge o interesse pela área da Arquivística. Em que o historiador se propõe a dialogar com este campo do saber, construindo pontes de acesso a inúmeras possibilidades.

As atividades desenvolvidas nos projetos estão relacionadas a alguns acervos localizados em autarquias e outros mantidos por pessoas físicas no Amapá, o presente estudo tem por objetivo entender como se estabelece a interdisciplinaridade entre a História e a Arquivologia no Estado. Isso deriva da consideração da carência de profissionais arquivistas no Amapá, bem como a importância dos arquivos tanto na produção de conhecimento sobre os arquivos como na produção historiográfica.

O trabalho tem como base metodológica a revisão bibliográfica, por meio de publicações acadêmicas e obras relacionadas à área de História e Arquivologia, para isso, utilizamos autores como Tanus e Araújo (2013), Bacellar (2011), Miranda (2012), Cougo Junior (2020). Como parte da metodologia, também usaremos uma abordagem qualitativa e descritiva, partindo de relatos de nossas experiências como egressos do Curso de História da Unifap.

DESENVOLVIMENTO

A produção de documentos de caráter público surge desde o período da colonização das Américas. Seu início se deu de forma desorganizada, servia para o registro da correspondência e para o registro de atos. Segundo Carlos Bacellar (2011), a prática foi uma continuação de procedimentos surgidos ao longo da Idade Média europeia, trazidos para estes continentes.

Para o autor, antes do surgimento dos primeiros cursos de graduação no Brasil, adentrar os arquivos já era um desafio enfrentado pelos pioneiros da pesquisa documental. Estes eram guiados pelas mais diversas temáticas, acessavam acervos de repartições públicas, dos cartórios e da justiça, contando tão somente com a paciência para a busca aleatória em papéis desorganizados (Bacellar, 2011, p. 45).

Na América Portuguesa, somam-se cinco séculos de história que resultaram em uma prodigalidade de documentos, espalhados por inúmeros depósitos arquivísticos formais e informais, em diferentes níveis de desorganização, conforme aponta o autor. Aos poucos, e somente a partir do século XIX, tais acervos foram em parte reunidos em instituições especialmente estabelecidas com a finalidade de atender à crescente demanda de acesso.

Infelizmente, ainda restam muitos por recolher e abrir à consulta, enquanto isso, eles permanecem sob o risco de perda definitiva e irrecuperável. Os arquivos brasileiros enfrentam, de forma geral, problemas como a falta de pessoal, de instalações adequadas e de recursos. O que acontece é que os arquivos não representam uma prioridade aos olhos governamentais, há muito tempo são tratados como depósitos de papéis velhos e de funcionários problemáticos. Mesmo na iniciativa privada, ainda hoje, é muito comum denominar-se os serviços de arquivo como “arquivo morto”, ignorando a relevância de muitos documentos ali esquecidos (Bacellar, 2011, p. 49).

Portanto, adentrar os arquivos em nosso país se torna sempre um grande desafio. Envolve trabalhar com infraestruturas precárias, e lidar com documentos que foram mal acondicionados e preservados, e mal organizados. Estas adversidades, encontradas em vários cantos do Brasil, também fazem parte da realidade amapaense em relação aos seus arquivos, sejam eles públicos, privados ou pessoais.

Apesar da legislação (Constituição Federal de 1988, a Lei de Arquivos e a Lei de Acesso à Informação) estabelecerem que a responsabilidade de regulamentar a gestão e o acesso aos documentos públicos através de dispositivos legais suplementares é dever dos Estados, Distrito Federal e municípios. Não existe no Estado do Amapá um arquivo público ou municipal que possibilite através da gestão documental o acesso à informação.

Para que a gestão dos documentos seja efetivada, o poder público municipal deveria criar em sua estrutura organizacional um arquivo público municipal, que iria orientar, coordenar e supervisionar as atividades de gestão, tratamento, recolhimento, guarda e preservação dos documentos produzidos, recebidos e acumulados de forma a garantir o pleno acesso às informações neles contidos, conforme o CONARQ (2014).

Ao contrário, no Amapá não há políticas voltadas para criação de um arquivo público e para gestão de documentos. O que resulta em instituições públicas e privadas sem estrutura para o recolhimento de acervos, com uma profusão de papéis desorganizados, sem profissionais capacitados para tratá-los, entre diversas outras adversidades encontrada nestes lugares. Como podemos observar na Figura 1, não há qualquer preocupação na preservação de documentos tão importantes e necessários à população.

Figura 1 – Arquivo de Órgão de Saneamento do Estado do Amapá



Fonte: Feitosa (2021).

Além disso, o Estado não possui em suas universidades públicas, seja ela estadual ou federal, cursos voltados para o campo da Arquivologia. O que implica em um déficit de profissionais para atuar na gestão destes arquivos. Deste modo, nasce naqueles que se aventuram pelos acervos em busca de documentos para sua pesquisa, o interesse em dialogar com esta área para enfrentar os desafios que fogem de suas especialidades.

É o caso dos historiadores, os quais tem o desafio de permanecer por longos períodos nestes espaços em busca de informações que possam lhe servir para produção do conhecimento histórico. Por isso, segundo Miranda (2012), seja na sala de pesquisa ou nas salas destinadas à guarda do acervo e a seu tratamento técnico, é importante que o historiador amplie seus conhecimentos acerca da área da Arquivologia. Para Miranda (2012):

Desde o final do século XIX, quando ambas as disciplinas passaram a trilhar caminhos separados e divergentes, o crescente desconhecimento entre a História e a Arquivologia trouxe grandes perdas a ambas. Não se trata de capacitar o profissional de História a exercer as funções de um arquivista, mas de salientar a importância de aprofundar a formação dos historiadores para capacitá-los a atuar como pesquisadores e como profissionais nas instituições de custódia documental ao lado dos arquivistas (Miranda, 2012, p. 999).

Desse modo, diante da realidade do Amapá, é importante que se estabeleça entre a História e a Arquivologia uma relação orgânica, em que ambas dialoguem sem se subordinar uma à outra. Podemos observar esse diálogo e a interdisciplinaridade entre as duas áreas através dos projetos de extensão vinculados a Universidade Federal do Amapá, no qual atuamos enquanto bolsistas no período de 2018 a 2022, os quais apresentaremos a seguir através de uma abordagem qualitativa e descritiva, partindo de relatos de nossas experiências como egressos do Curso de História da Unifap.

O primeiro projeto extensionista era voltado para gestão documental do acervo do Cartório Jucá, localizado no município de Macapá/AP, é uma autarquia que presta serviços extrajudiciais. Como por exemplo: serviços notariais e de registro, os quais, conforme definição da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, são aqueles de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos e negócios jurídicos.

Nesse sentido, o cartório possuía documentos referentes a serviços de lavratura de escrituras, procurações e testamentos públicos, atas notariais, reconhecimento de firmas e autenticação de cópias (serviços de notas), bem como serviços de protesto de títulos e relativos ao registro de imóveis, registro de pessoas naturais e jurídicas e registro de títulos e documentos.

Assim, os primeiros contatos com o cartório envolveram entender como eram classificados e organizados os documentos produzidos por esta entidade ao longo de sua vida jurídica. Em seguida iniciamos a catalogação e higienização dos livros de registro civil e escritura pública, acomodando os livros do final do século XIX até a segunda metade do século XX em um espaço a parte dos demais devido seu estado de deterioração.

Os demais documentos foram higienizados e recolhidos de acordo a classificação já definida pela instituição, o principal objetivo da gestão documental naquele espaço era preservar, guardar e organizar os documentos, facilitando o acesso as informações mantidas sob a sua guarda. Outras etapas do projeto visavam o restauro e a digitalização desses documentos, no entanto, o projeto que teve início em 2018 precisou ser encerrado em março de 2020, devido a pandemia do COVID-19.

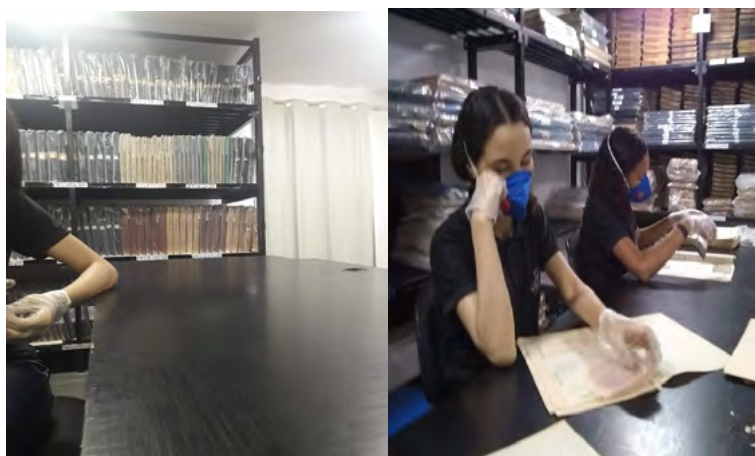
Podemos observar algumas etapas do projeto de extensão nas Figuras 2 e 3:

Figura 2 – Livros do Registro Civil



Fonte: Silva (2019).

Figura 3 – Higienização e guarda de documentos



Fonte: Silva (2019).

O segundo projeto de extensão que participamos tinha como objetivo a digitalização do acervo de obras raras do Instituto de Terras do Estado do Amapá – Amapá Terras, que abrangia documentos de 1854 a segunda metade do século XX. O instituto também se caracteriza como autarquia e tem por finalidade executar a política fundiária do Estado e gestão do espaço territorial, investido de poderes de representação para promover a discriminação, arrecadação e regularização das terras públicas e devolutas do Estado ou aquelas transferidas da União.

Em um primeiro momento, foi realizada uma visita ao Amapá Terras com o objetivo de nos familiarizarmos com o acervo da instituição. Neste momento realizamos o levantamento e a catalogação da documentação recolhida em dois armários. O objetivo do levantamento foi identificar o estado de conservação dos livros ali presentes e avaliar quais os tipos de restauro seriam necessários realizar para a preservação destes documentos. Usando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), materiais necessários ao tratamento de documentos – isto é, luvas, máscara, jaleco, touca e óculos de proteção –, realizamos a higienização dos livros e demos início à catalogação. Conforme mostra a Figura 4.

Figura 4 - Higienização e catalogação de documentos



Fonte: Silva (2021).

Iniciadas as atividades do projeto em outubro de 2021. Começamos o levantamento quantitativo dos chamados “Livros Raros” do Armário I, totalizando 43 livros, em diversos estágios de deterioração, como podemos observar na Figura 5. Até o final de janeiro de 2022, foram higienizados e catalogados os livros do Armário III contendo 34 documentos sendo 17 livros e 17 registros cartográficos. Após a conclusão das atividades de higienização e catalogação. No decorrer das atividades encontramos várias caixas arquivo que continha em seu interior autos de demarcação e registro de posse datados da segunda metade do século XIX até os anos finais do século XX. O objeto a que esses autos se referem as terras que a época pertenciam ao Estado do Pará e passaram para o Território Federal do Amapá, que atualmente compreende o Estado do Amapá.

Figura 5 – Armário I do Acervo Fundiário do Amapá Terras



Fonte: Silva (2022).

Em junho de 2022 finalizamos a catalogação dos tipos documentais que compõe os Autos e as Licenças de Ocupação, que encontramos nas caixas arquivo, ao todo registramos 289 processos recolhidos nas caixas enumeradas de 01 a 15. Após a conclusão das duas primeiras etapas do Projeto, catalogação e higienização dos “Livros Raros” do Acervo Fundiário do Amapá Terras, demos início a última etapa do Projeto que consistiu na digitalização desses documentos.

Em julho de 2022, utilizando um scanner planetário, foi digitalizado boa parte dos livros do Armário I, que foram armazenados em dois discos rígidos — HDs (Hard Disk) – um recolhido no Amapá Terras e o outro sob a guarda da Unifap. Contudo, o projeto tinha duração de apenas dez meses e não foi possível a conclusão da digitalização dos livros.

Durante os dois projetos foram realizados cursos de restauro, encadernação e digitalização de documentos. Uma vez por semana a equipe dos projetos se reunia para discutir textos da área da Arquivologia que orientavam a nossa prática nos acervos. Além disso, como forma de se aproximar dos estudos neste campo, cursamos disciplinas de Arquivologia e Documentação e Arquivo ofertadas no Curso de História da Unifap.

A atividade extensionista executada no terceiro projeto, fala sobre a memória da Guarda Territorial (GT), tal proposta surgiu em consonância com as diversas atividades de pesquisas desenvolvidas ao longo da graduação, inicialmente neste caso específico foi utilizado a consulta em acervos privados e pessoais, com o intuito de organizar, registrar e catalogar o número de guardas remanescentes da extinta GT. Visto que muitos documentos e registros oficiais do corpo paramilitar como eram conhecidos, foram perdidos, em alguns casos se encontravam em posse dos próprios ex guardas devido não haver um tratamento adequado para gestão documental.

Com o fim da GT no início da década de 60, em função da criação da Polícia Militar (PM), no ex Território Federal do Amapá, fato esse que cominou na fragmentação dos antigos Guardas Territoriais, uma vez que nem todos foram absorvidos para a PM, isso acaba ocasionando um grande problema para os demais praças que ficaram desempregados e acabaram assim caindo no esquecimento. Posteriormente devido à falta de gestão documental com os demais órgãos institucionais, uma vez que o Estado estava recentemente saindo do processo de desmembramento do Estado vizinho e muito da jurisdição documental do Território Federal do Amapá se encontrava no Estado do Pará.

Esse quadro mostrava o quanto da gestão administrativa local estava ainda se consolidando, isso era de fato um dos fatores que levou a perda de muitos documentos oficiais da gestão administrativa do estado, sem falar o condicionamento que era feito de qualquer forma, em galpões fechados sem ventilação ou caixas de papelão sobre o chão, em prédios alugados que viviam colocando os documentos em constantes mudanças de locais a cada gestão que assumia. Isso ocasionou na perda de muitos acervos oficiais, em alguns casos como foi com os ex Guardas Territoriais, que muitos de seus registros passaram por esses processos de serem encaixotados e depositados em prédios alugados que com o tempo foram se deteriorando pelo mau condicionamento, esfacelando assim a identidade e memória dessa força paramilitar que era responsável pela segurança do ex Território Federal do Amapá.

A partir desse ponto, nosso trabalho foi justamente juntar registros obtidos da associação dos ex pracinhas, localizar o máximo de ex GTs possíveis, fazer o acolhimento inicial e apresentar a proposta da atividade extensionista que se fundamentava em catalogar o números de guardas existentes, registrar a memória e as experiências de cada um a partir de entrevistas e coletar documentação pessoal e registros oficiais que muitas vezes como foi supracitado anteriormente se encontravam em posse dos ex GTs.

Figura 6 – Acervo Pessoal do Ex GT



Fonte: Feitosa (2019).

A Figura 6 apresenta o noticiário do relatando a criação da PM no ex Território Federal do Amapá, que compõe o acervo pessoal de um ex membro da GT, como podemos ver muito da história e da identidade e memória dos ex praças se encontram em seus arquivos pessoais, como símbolo de força mérito e honra aos serviços prestados em tempos de glória ao estado. Hoje essa memória vem sendo construída devido aos esforços e iniciativas das pesquisas como por exemplo, as que realizamos em conjunto com a Universidade Federal do Amapá, buscando trazer a identidade e a história desses personagens ilustre do povo amapaense.

Figura 7 – Acervo Pessoal do Ex GT



Fonte: Feitosa (2019).

Na Figura 7, é apresentado um registro do acervo pessoal de um dos ex praças, nesta foto podemos ver a organização de seus registros pessoais dentro de uma que contavam com fotos de desfiles, fotos de colegas pracinhas, documentos oficiais de homenagens e adereços pessoais de fardamento, mesmo sendo condicionado em pequenos envelopes dentro de uma bolsa muitos dos arquivos e registros pessoais do ex GT se encontravam em boas condições. Tais documentos e registro foram de suma importância para nossa pesquisa e catalogação de dados e registros, pois com esses dados foi possível fazer um registro e mapeamento de diversos GTs, nos quais tivemos a oportunidade de conhecer e entrevistar para assim dar seguimento na criação do livro sobre a ex Guarda Territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos desafios enfrentados no Estado do Amapá, em relação a falta de profissionais arquivistas e todas as adversidades encontradas nos arquivos, que surgem desde as instalações precárias até a falta de organização dos documentos. É notável que nos projetos extensionistas (2018-2022) se realiza de modo intersticial a prática do Ensino de Arquivologia no Curso de História da Unifap. Essa prática se desenvolve de modo intersticial mostrando a importância da interdisciplinaridade entre estes campos de saber.

Evidenciando que a relação estabelecida entre a Arquivologia e a História através destas experiências, abriu porta para diversas possibilidades com um objetivo em comum, preservar a memória e a história amapaense. Além de oportunizar o acesso às informações tão necessárias a vida civil e social desta população. Para Tanus e Araújo (2013), o campo científico da Arquivologia apresentou, nos últimos anos, um significativo crescimento de cursos em todo o país.

Entretanto, os resultados do trabalho apontam para a necessidade de mais cursos no ensino superior que qualifiquem profissionais na área da Arquivologia para atuarem nos arquivos do Estado, que possui uma grande demanda. Considerando que não existe cursos na área da Arquivologia tanto na graduação como na pós-graduação nas universidades do Amapá.

Hoje historiadores podem e devem atuar conjuntamente com outros profissionais da área, de modo a conservar os materiais custodiados levando em consideração outros critérios além dos administrativos, e contribuir para a adequada organização desta importante instituição que é o arquivo. Tendo em vista que os arquivos são lugares de memória, é importante chamar atenção para estas questões no sentido de preservar e valorizar as memórias, histórias e patrimônios do Estado do Amapá que permanecem praticamente inacessíveis por essas faltas.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23-79.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRITTO, M. T. N. de. O ensino universitário de Arquivologia no Brasil. *In*: JARDIM, J. M. (Org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Rio de Janeiro: UFF, 1999.

COSTA, L. S., ANDRADE SANTOS, M. C., FERREIRA DA SILVA, M. H., SANTOS, N. J. F. A. As Facetas da Arquivologia: contexto histórico e características. **Anais Do Congresso Nacional Universidade, EAD E Software Livre**, 1 (14), 2022. Disponível em: <https://revistas.nasnuv.com.br/443/index.php/UEADSL/article/view/1087>. Acesso em: 15 mar. 2023.

COUGO JUNIOR, F. A. Los Archivos de La Archivología: Fuentes Documentales para una Historia del Pensamiento Archivístico Brasileño. **Anuario Escuela de Archivología**, XI, p. 15-30, 2020.

SANTOS, P. R. E. dos. Um ensaio historiográfico sobre a história dos arquivos e da arquivologia no Brasil: balanço e perspectivas. **Acervo**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 1-34, 2022. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1888>. Acesso em: 16 mar. 2023.

MIRANDA, M. E. Os arquivos e o ofício do historiador. *In*: **XI Encontro Estadual de História ANPHU RS**, 23 a 27 de julho de 2012. Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – Rio Grande do Sul – RS – Brasil.

TANUS, G. F. S. C.; ARAÚJO, C. A. V. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, n. 37, p. 83-102, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/32152>. Acesso em: 16 mar. 2023.